

Educação digital e formação da identidade na infância: contribuições pedagógicas e desafios tecnológicos na educação básica

Digital education and identity formation in childhood: pedagogical contributions and technological challenges in basic education

Educación digital y formación de la identidad en la infancia: contribuciones pedagógicas y desafíos tecnológicos en la educación básica

Emilene de Oliveira Pereira Martins¹

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães²

Resumo: Este artigo investiga como a educação digital contribui para a individuação de nativos digitais na Educação Básica. Com base em revisão bibliográfica fundamentada em Jung e Piaget, analisa-se a identidade infantil perante atravessamentos tecnológicos e pedagógicos contemporâneos. O estudo compreende como práticas escolares e condições estruturais influenciam a inserção das tecnologias no cotidiano. Os resultados indicam que, apesar de desafios em infraestrutura e formação, a integração crítica favorece a individuação digital, promovendo autonomia e ética. Conclui-se que a escola pública, ao validar as práticas culturais dos alunos, é decisiva na formação de identidades singulares e conectadas à realidade sociotécnica.

Palavras-chave: Educação digital; Individuação infantil; Nativos digitais.

Abstract: This article investigates how digital education contributes to the individuation process of digital natives in basic education. Based on a literature review grounded in Jung and Piaget, it analyzes child identity development amidst contemporary technological and pedagogical intersections. The study examines how school practices and structural conditions influence the integration of technologies into daily routines. The results indicate that, despite challenges in infrastructure and teacher training, critical integration fosters digital individuation, promoting autonomy and ethics. It concludes that the public school, by validating students' cultural practices, plays a decisive role in forming singular identities connected to the current socio-technical reality.

Keywords: Digital education; Childhood individuation; Digital natives.

Resumen: Este artículo investiga cómo la educación digital contribuye al proceso de individuación de los nativos digitales en la Educación Básica. A partir de una revisión bibliográfica fundamentada en Jung y Piaget, se analiza la constitución de la identidad infantil frente a los cruces tecnológicos y pedagógicos contemporáneos. El estudio comprende cómo las prácticas escolares y las condiciones estructurales influyen en la inserción de las tecnologías en el cotidiano. Los resultados indican que, a pesar de los desafíos en infraestructura y formación, la integración crítica favorece la individuación digital, promoviendo la autonomía y la ética. Se concluye que la escuela pública, al validar las prácticas culturales de los alumnos, es decisiva en la formación de identidades singulares y conectadas con la realidad sociotécnica.

Palabras clave: Educación digital; Individuación infantil; Nativos digitales.

¹ Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí

² Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí; Faculdade de Piracanjuba - FAP

Introdução

A presença das tecnologias digitais no cotidiano contemporâneo tem impactado profundamente os modos de ser, pensar e aprender. Crianças nascidas no século XXI, chamadas por Marc Prensky (2001) de “nativas digitais”, estão imersas em ambientes conectados desde os primeiros anos de vida, interagindo com dispositivos, aplicativos, jogos e redes sociais de forma naturalizada. Essa familiaridade tecnológica, entretanto, contrasta com a realidade de muitas escolas da Educação Básica, que enfrentam desafios estruturais, pedagógicos e formativos para integrar tais tecnologias de maneira significativa ao processo educativo.

Prensky (2001, p. 01) define os Nativos Digitais como “aqueles que nasceram na era digital, cercados desde cedo por computadores, videogames, celulares, internet e todos os recursos tecnológicos disponíveis”³. Esses sujeitos possuem facilidade e naturalidade com o mundo digital, o que influencia diretamente sua forma de adquirir conhecimento e interagir com o mundo. Essa afirmação reforça a ideia de que os jovens contemporâneos desenvolveram habilidades e comportamentos muito diferentes das gerações anteriores, principalmente em relação ao uso da tecnologia gerando um distanciamento entre as gerações, o que privilegia também, a criação de identidades diferentes entre as gerações.

A crescente distância entre os repertórios digitais dos estudantes e a formação dos professores, majoritariamente, identificados como “imigrantes digitais”, evidencia um *gap geracional* que repercute no ensino, na aprendizagem e na própria constituição da identidade infantil. Nesse cenário, torna-se fundamental refletir sobre o papel da escola na mediação entre infância e cultura digital, especialmente no que diz respeito à formação da identidade em contextos tecnologicamente mediados.

O *gap geracional* que se caracteriza pelo distanciamento cultural e tecnológico entre professores, que são em sua maioria imigrantes digitais, e os alunos nativos digitais gera dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, visto que muitos docentes ainda não dominam as linguagens e ferramentas digitais utilizadas pelos alunos em sua vida cotidiana. Além das barreiras relacionadas ao perfil dos professores, algumas instituições escolares enfrentam problemas estruturais que dificultam a efetiva inserção das tecnologias digitais nas escolas.

³ “They have spent their entire lives surrounded by and using computers, videogames, digital music players, video cams, cell phones, and all the other toys and tools of the digital age”.

A construção identitária, compreendida aqui como um processo em constante transformação (Hall, 2006), passa a incluir elementos do universo digital, exigindo da educação escolar não apenas a inserção de recursos tecnológicos, mas também a promoção de experiências significativas que favoreçam o autoconhecimento, a autoria e o pertencimento. A esse processo, propomos o conceito de individuação digital infantil, entendido como a articulação entre a formação da identidade e as vivências digitais da criança.

Partindo das contribuições teóricas de Carl Jung (1978; 2013), para quem a individuação é a jornada de tornar-se si mesmo, e de Jean Piaget (1975; 1995), que analisa a construção do “eu” pela via cognitiva e relacional, o presente estudo busca responder à seguinte pergunta: como a escola pode contribuir para o processo de individuação digital de crianças nativas digitais?

O presente artigo constitui um recorte de uma investigação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino para a Educação Básica (PPG-EnEB) do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí. Assim sendo, trata-se de um artigo teórico-conceitual, derivado de pesquisa em andamento. Isso posto, o estudo visa examinar como as ações pedagógicas, o aparato tecnológico e as concepções docentes influenciam a constituição da identidade digital de crianças na Educação Básica, objetivando fomentar o desenvolvimento de indivíduos reflexivos, éticos e inventivos, aptos a atuar no universo digital com discernimento, independência e compromisso.

Nesse sentido, torna-se imperativo que a escola seja ressignificada como um ambiente de acolhimento, inventividade e interlocução com os repertórios culturais das novas gerações. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa com ênfase em revisão bibliográfica, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da Psicologia, da Educação e dos Estudos Culturais.

Por fim, esta pesquisa respeita os princípios éticos da produção acadêmica, com a devida citação das fontes e autores consultados, estando em conformidade com os critérios de qualidade exigidos para investigações científicas. Durante o processo de redação e revisão deste artigo, foram utilizadas ferramentas baseadas em inteligência artificial, como o ChatGPT (OpenAI, 2025), com o objetivo de apoiar a correção ortográfica, a coesão textual e a clareza argumentativa. Ressalta-se que o uso dessas ferramentas esteve restrito à edição linguística, sendo de inteira responsabilidade dos autores a seleção, análise e validação final do conteúdo.

Individuação infantil

A individuação é um conceito psicanalítico desenvolvido por Carl Jung (1978; 2013), psiquiatra e psicólogo suíço, sendo o principal autor a definir esse conceito, que se refere ao processo pelo qual um indivíduo vai se tornando aquilo que realmente é, conquistando uma identidade única e autônoma. No caso das crianças, esse processo se manifesta desde o nascimento, por meio das interações sociais, familiares e, mais recentemente, também no ambiente digital, pois as tecnologias podem influenciar profundamente esse processo, seja pela exposição a novas formas de socialização ou pela construção de identidades digitais.

Para Jung (1978; 2013), a individuação é um processo de integração e harmonia entre os diferentes aspectos da psique, no qual o sujeito se torna quem ele é em sua completude. No contexto infantil, ele sugere que a individuação se inicia nos primeiros anos de vida, momento em que a criança, inicialmente inconsciente de sua identidade, começa a se distinguir gradualmente e a se tornar consciente de si mesma. Jung vê a infância como uma fase essencial para a formação de um equilíbrio psíquico e para o desenvolvimento de um senso autêntico de si. Segundo Jung (1978, p. 49):

Individuação significa tornar-se um ser único, na medida em que por 'individualidade' entenderemos nossa singularidade mais íntima, última e incomparável, significando também que nos tornamos o nosso próprio si-mesmo. Podemos, pois, traduzir 'individuação' como 'tornar-se si mesmo' (Verselbstung) ou 'o realizar-se do si mesmo' (Selbstwerwirklichung).

O autor sustenta que, durante esse período, a criança passa por processos internos de autoconhecimento e confronto com seus arquétipos, que são imagens universais e primordiais que emergem na mente. Em outras palavras, a individuação infantil é uma jornada que leva a criança a compreender sua própria identidade dentro de um contexto coletivo e cultural, muitas vezes por meio de simbolismos e imaginação, ou seja, a individuação é uma busca pela totalidade e pelo equilíbrio psíquico, onde a criança vai se tornando consciente de si mesma.

Também psicólogo suíço, Jean Piaget (1975; 1995), acreditava que a individuação está ligada ao desenvolvimento das capacidades cognitivas da criança, especialmente à forma como ela começa a perceber a si mesma e aos outros em um contexto social. Piaget (1975; 1995) concentrou-se no desenvolvimento cognitivo das crianças, abordando como elas constroem seu entendimento do mundo ao seu redor, abordando o desenvolvimento infantil a partir de uma

perspectiva cognitiva e construtivista, focando no modo como as crianças constroem seu conhecimento e entendimento do mundo.

O processo de individuação infantil, segundo Piaget (1975; 1995), envolve a progressiva capacidade da criança de se distanciar de uma visão egocêntrica e desenvolver uma compreensão mais complexa de sua identidade, baseada em experiências de interação com o mundo externo, sendo este também, digital. A individuação, no contexto piagetiano, pode ser vista como o processo de diferenciação e construção do *self* cognitivo, no qual a criança gradualmente vai se tornando capaz de entender e integrar novas informações e experiências em uma estrutura mental coerente.

Enquanto Carl Jung (1978; 2013) enxerga a individuação como um processo profundamente simbólico, psíquico e espiritual, ou seja, psicanalítica, com uma forte ênfase na integração dos aspectos inconscientes da psique, Jean Piaget (1975; 1995) aborda a formação da identidade da criança de forma cognitiva, focando na adaptação ativa da criança ao ambiente e no desenvolvimento de esquemas mentais.

Ambos os processos estão relacionados ao desenvolvimento da identidade, mas enquanto Jung (1978; 2013) enfatiza a integração interna de aspectos inconscientes, Piaget (1975; 1995) foca na integração de informações cognitivas e na adaptação ao mundo externo. Ambas as abordagens são complementares, oferecendo uma visão abrangente sobre o crescimento e a formação da identidade infantil, oferecendo uma visão enriquecedora sobre o desenvolvimento infantil, visto sob duas óticas distintas: psicanalítica e cognitiva.

Embora o conceito de individuação, na obra de Carl Gustav Jung, esteja associado ao processo psíquico de integração e realização do *self* ao longo da vida, compreendido em sua plenitude especialmente na fase adulta, este artigo propõe uma releitura ampliada do termo. Considera-se que, desde os primeiros anos de vida, as crianças iniciam processos de diferenciação, construção da identidade e formação do *self*, articulando vivências subjetivas, cognitivas e sociais. Nesse sentido, dialogando com os aportes de Piaget sobre o desenvolvimento do eu e com autores contemporâneos que discutem subjetivação e cultura digital (Almeida, 2012; Larrosa, 2003; Setzer, 2008), propõe-se o conceito de individuação digital infantil para designar os processos iniciais pelos quais as crianças constroem sua identidade em meio a experiências digitais, redes de sociabilidade online e interações mediadas tecnologicamente. A individuação infantil, aqui compreendida, não se refere à realização plena do *self*, mas sim aos primeiros movimentos de constituição de uma identidade singular no contexto sociotécnico contemporâneo.

A formação do *self* diz respeito ao processo contínuo de construção da consciência de si, por meio do qual o sujeito desenvolve uma identidade singular, reconhecendo-se como um ser distinto em meio às relações sociais, culturais e simbólicas que o constituem. Desde os primeiros anos de vida, esse processo é alimentado pelas experiências vividas, pelas interações interpessoais e pelos significados atribuídos ao mundo e a si mesmo. Na perspectiva do desenvolvimento cognitivo, Jean Piaget (1975; 1995) compreende a formação do *self* como um movimento de descentração progressiva: a criança, inicialmente centrada em sua própria perspectiva, vai gradualmente construindo a noção de alteridade, autonomia e identidade a partir das trocas com o meio. Já Carl Gustav Jung (1978; 2013) entende o *self* como o centro organizador da psique, e a individuação como o caminho pelo qual o sujeito se aproxima de sua totalidade interna, integrando aspectos conscientes e inconscientes. Embora Jung enfatize que esse processo se intensifica na vida adulta, reconhece que sua base se estabelece desde a infância, por meio da emergência da consciência e da diferenciação do eu.

No campo da filosofia da educação, autores como Jorge Larrosa (2003) apontam que o *self* não é uma essência pré-determinada, mas sim uma construção subjetiva marcada pelas experiências sensíveis, pelos afetos e pelas práticas sociais. O sujeito se forma na linguagem, nos encontros e nas vivências que o atravessam. Em tempos de cultura digital, essas vivências passam a ser também mediadas por tecnologias, interfaces e redes de sociabilidade virtual. Crianças da geração conectada constroem sentidos sobre si por meio de avatares, jogos, perfis e interações em plataformas digitais, que influenciam diretamente sua percepção de mundo e de identidade.

Nesse contexto, ao propor o conceito de individuação digital infantil, este trabalho busca compreender como os processos iniciais de formação do *self* tal como descritos por Piaget, Jung e Larrosa se reorganizam em um cenário marcado pela presença intensa das tecnologias na vida cotidiana das crianças, especialmente no contexto escolar.

Educação digital e tecnologias digitais no ambiente escolar

Educação digital refere-se à inserção intencional e crítica das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Vai além do simples uso de dispositivos: envolve práticas pedagógicas que utilizam recursos digitais para promover autonomia, autoria, colaboração e cidadania digital. A educação digital está prevista na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) como uma das competências gerais da Educação Básica. A educação

digital tem se consolidado como um pilar fundamental na transformação do ensino contemporâneo, refletindo as profundas mudanças sociais e tecnológicas que permeiam a sociedade atual.

Com a presença cada vez mais marcante da tecnologia no cotidiano, as instituições de ensino enfrentam o desafio de incorporar ferramentas digitais de maneira eficaz em suas práticas pedagógicas. Conforme afirma Moran (2015) a educação digital vai além da simples introdução de tecnologias, sendo, na verdade, uma nova maneira de pensar e realizar a educação, destacando que esse processo envolve a reconfiguração do próprio conceito de ensino e aprendizagem, adaptando-se às novas demandas do mundo digital.

Para Almeida (2004, p. 8): “A inserção das TIC na educação oportuniza romper com as paredes da sala de aula e da escola, integrando-a à comunidade que a cerca, à sociedade da informação e a outros espaços produtores de conhecimento”. E acrescenta:

Diante desse contexto de constantes transformações, a área da educação não estaria isenta de mudanças tão relevantes. Sendo assim, a utilização de recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, é cada vez mais necessária, permitindo que a comunidade escolar possa experienciar essa realidade, conforme elucida. Hoje é consenso que as novas tecnologias de informação e comunicação podem potencializar a mudança do processo de ensino e de aprendizagem e que, os resultados promissores em termos de avanços educacionais relacionam-se diretamente com a ideia do uso da tecnologia a serviço da emancipação humana, do desenvolvimento da criatividade, da autocrítica, da autonomia e da liberdade responsável (Almeida; Prado, 1999, p. 01).

Desta forma, no mundo digital, as crianças têm a oportunidade de explorar uma infinidade de referências culturais e sociais que contribuem para a formação de sua identidade. Redes sociais, jogos online e plataformas educacionais podem proporcionar novas formas de expressão, interação e pertencimento. As instituições de ensino são campos onde as crianças possuem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos digitais, com mais responsabilidade, ética e moral, assim permitindo uma construção de identidade mais significativa, dado que as crianças da atualidade são consideradas nativas digitais.

As instituições precisam romper as barreiras e dificuldades existentes para que não somente haja a inserção das tecnologias digitais no ambiente escolar, mas também oportunizar um ambiente de discussão, produção de conhecimento de cultura digital e sobre os riscos relacionados à superexposição, à construção de identidades virtuais idealizadas e ao risco de isolamento social, fenômenos que podem interferir no desenvolvimento da identidade genuína.

Além disso, Lévy (1999) destaca que "a cultura digital exige não apenas familiaridade com os dispositivos tecnológicos, mas também uma inteligência coletiva capaz de construir, compartilhar e transformar conhecimentos" (p. 35). No entanto, a ausência de uma educação digital estruturada dentro das escolas públicas impossibilita o desenvolvimento dessa inteligência coletiva, deixando os nativos digitais vulneráveis a problemas como desinformação, *cyberbullying*, *fake news* e falta de cidadania digital.

A educação digital e o uso das tecnologias digitais no ambiente escolar potencializam a criação de novas formas de expressão e de pertencimento, como também oportuniza um olhar crítico sobre os riscos e desafios da vida online, de sujeitos no ambiente digital. A escola é um espaço que amplia o conhecimento histórico e cultural, social e identitário de seus envolvidos e, simultaneamente, desenvolve pensamento crítico.

Nesse cenário, é fundamental que as práticas pedagógicas não se limitem à transmissão de conteúdos com o apoio de tecnologias, mas que sejam intencionalmente estruturadas para favorecer o protagonismo dos estudantes e a construção crítica de sua identidade digital. A formação do *self*, como processo de constituição do sujeito em meio às experiências vividas, ganha novas camadas de complexidade no ambiente digital, em que crianças interagem, se expressam e se projetam de maneiras múltiplas. Cabe à escola, portanto, assumir um papel ativo na mediação dessas experiências, promovendo ambientes que incentivem a autoria, a responsabilidade e a reflexão ética sobre a presença digital de cada indivíduo.

Ao reconhecer que a infância contemporânea é atravessada por linguagens, narrativas e interações digitais, se faz necessário que a escola repense suas práticas e sua função social. Isso significa não apenas incorporar dispositivos tecnológicos, mas criar contextos pedagógicos que permitam às crianças elaborarem sentidos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo digital em que vivem. A individuação digital infantil, nesse sentido, depende de espaços formativos que legitimem a escuta da criança, o uso criativo da tecnologia e o desenvolvimento de competências socioemocionais relacionadas à convivência, empatia e cuidado com o outro, inclusive no ambiente virtual.

Assim, a educação digital, quando articulada com a formação identitária e os princípios da individuação, contribui significativamente para a construção de sujeitos mais autônomos, conscientes e críticos. Trata-se de uma proposta que exige investimento em infraestrutura, formação docente contínua e abertura institucional para a inovação pedagógica. Mas, acima de tudo, requer o reconhecimento de que a escola é, hoje, um dos principais espaços de mediação entre o mundo digital e o processo de tornar-se sujeito, processo esse que começa na infância e

que, se bem conduzido, pode resultar em experiências formativas mais integradas, humanas e transformadoras.

Reflexividades sobre a educação digital e os desafios tecnológicos na educação básica

A introdução das tecnologias digitais na Educação Básica representa uma das transformações mais relevantes do sistema educacional brasileiro nas últimas décadas. Plataformas, aplicativos, redes e ambientes virtuais abrem possibilidades de personalização da aprendizagem, ampliação do acesso à informação e desenvolvimento de novas formas de interação pedagógica. No entanto, a realidade das escolas públicas, especialmente em regiões periféricas e rurais, revela um cenário marcado por desigualdades de acesso à infraestrutura tecnológica e por lacunas na formação docente. A ausência de internet de qualidade, equipamentos obsoletos e a falta de políticas estruturadas de capacitação comprometem a efetivação de uma educação digital equitativa, gerando um descompasso entre o cotidiano digital dos alunos e a cultura escolar tradicional.

Os sujeitos da infância contemporânea nascem imersos em ambientes digitais, o que exige da escola, e especialmente dos docentes, a capacidade de compreender, mediar e dialogar com essas novas formas de subjetivação. O *gap geracional* entre professores e alunos, marcado pela diferença de repertórios tecnológicos e culturais, demanda políticas públicas de formação continuada que preparem os educadores não apenas para o uso instrumental das tecnologias, mas para sua integração pedagógica crítica. É preciso que o professor assuma o papel de mediador ativo na aprendizagem digital, contribuindo para a formação ética, criativa e contextualizada do estudante, e reduzindo os riscos de alienação, superexposição ou reprodução de desigualdades.

A rápida evolução das tecnologias exige que os docentes se mantenham constantemente atualizados. Portanto, é fundamental que as políticas educacionais promovam formações contínuas, investindo na qualificação dos professores para que eles não se limitem a ser apenas usuários de tecnologia, mas sim mediadores ativos no processo de aprendizagem digital. Diminuindo o *gap geracional* que há entre o professor e o aluno no ambiente escolar, especialmente em instituições públicas de Educação Básica, pois é necessário garantir que os alunos da Educação Básica desenvolvam as competências digitais necessárias para interagir, construir, desenvolver e prosperar em um mundo cada vez mais digitalizado.

A implementação de ferramentas digitais no processo de ensino e aprendizagem é enriquecedora, pois

[...] no contexto contemporâneo, as crianças estão diante de uma infinidade de informações e recursos tecnológicos que as possibilitam desenvolver-se de forma autônoma e participativa. Na escola, trazem uma bagagem de conhecimentos prévios que devem ser considerados, são os nativos digitais, por estarem diante de um ambiente no qual as mídias estão presentes na vivência em sociedade [...] (Barbosa; Souza; Mozzer, 2014, p. 2889).

E esta infinidade de informações e recursos tecnológicos contribuem para a individuação da criança, pois na perspectiva de Piaget (1975; 1995) a integração de informações cognitivas e a adaptação ao mundo externo contribuem para a formação do eu, do ser pensante, que articula com o meio em que se vive, este, digital.

Essa multiplicidade de vivências digitais contribui, inclusive, para os processos de individuação. A partir da perspectiva piagetiana, a integração de informações cognitivas e a adaptação ao meio são elementos centrais para a construção do eu e da autonomia intelectual. Na lógica atual, esse meio é inevitavelmente digital. Do ponto de vista junguiano, a individuação é uma jornada interna de descoberta e integração da identidade, processo que, no contexto contemporâneo, é atravessado pelas mediações tecnológicas, pelas redes sociais e pelos modos de ser e estar online. A ausência de uma política digital coerente e crítica na Educação Básica compromete, portanto, a constituição plena da identidade infantil.

Além disso, na perspectiva piagetiana, o desenvolvimento infantil foca no modo como as crianças constroem seu conhecimento e entendimento de mundo, deste modo, sendo nativas digitais, suas construções precisam também ser construções digitais. De acordo com Jung (1978; 2013), se individuação infantil é uma jornada que leva a criança a compreender sua própria identidade dentro de um contexto coletivo e cultural, a individuação também precisaria compreender a própria identidade no contexto contemporâneo, contudo ainda há uma dificuldade de construção da identidade digital das crianças da Educação Básica, visto que há algumas lacunas de deficiências digitais escolares, o que compromete o desenvolvimento da identidade digital do sujeito do século XXI.

Identidade esta que é processo fundamental para o ser humano, pois está relacionada à maneira como o sujeito se percebe e se posiciona no mundo social. Segundo Stuart Hall (2006), identidade deve ser compreendida como um processo em constante construção, influenciado por elementos sociais, históricos e culturais. Para Hall (2006), “as identidades não são coisas fixas, mas estão sempre em processo de transformação” (p. 13). Nesse sentido, com o

crescimento dos ambientes digitais, novas formas de construção identitária passaram a se manifestar nas redes, gerando múltiplas representações do eu.

Habilidades estas que vão além do simples manuseio de dispositivos, mas também envolvem competências como pensamento crítico digital, solução de problemas com recursos tecnológicos e cidadania digital responsável. É fundamental que as escolas ensinem os alunos a avaliarem informações na internet, proteger sua privacidade e entender as implicações éticas do uso da tecnologia. O desenvolvimento dessas habilidades prepara os discentes para um futuro que exigirá cada vez mais identidade e fluência digital.

Desta forma, a promoção da identidade digital crítica e da individuação no espaço escolar da Educação Básica exige um compromisso pedagógico que vá além da adaptação técnica. Trata-se de uma aposta na construção de sujeitos reflexivos, éticos e criativos, capazes de habitar o mundo digital com responsabilidade, autonomia e consciência. Para isso, é urgente que a escola seja ressignificada como um espaço de escuta, de criação e de diálogo com os códigos culturais das novas gerações. A educação digital, portanto, não deve ser pensada apenas como política de inserção tecnológica, mas como parte integrante de uma pedagogia da presença, da autoria e da formação integral do sujeito, ou seja, um sujeito que se constitui, cada vez mais, em ambientes digitais, mas que precisa ser acolhido, compreendido e orientado pela escola nesse percurso.

Considerações finais

Este artigo propôs uma articulação conceitual entre o processo de individuação, tal como elaborado por Carl Gustav Jung, e a construção da identidade na infância, com base nas contribuições da psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget. A partir dessa interlocução, formulou-se o conceito de individuação digital infantil, entendido como um processo de formação do *self* em meio às experiências vividas por crianças nativas digitais em ambientes mediados por tecnologias. Essa releitura busca expandir o entendimento da individuação para além do plano estritamente psíquico, reconhecendo a infância como território de subjetivação e construção de sentidos, especialmente diante dos atravessamentos digitais que marcam a cultura contemporânea.

A análise evidenciou que a escola ocupa um papel estratégico na mediação entre infância e cultura digital, podendo potencializar trajetórias de individuação por meio de práticas pedagógicas sensíveis à linguagem das novas gerações. No entanto, desafios estruturais como

a precariedade tecnológica, o gap geracional entre docentes e discentes e a ausência de políticas formativas contínuas ainda limitam o pleno exercício dessa função. A educação digital, nesse sentido, não deve ser compreendida apenas como adequação técnica à realidade conectada, mas como dimensão constitutiva da formação subjetiva, ética e crítica dos estudantes.

Conclui-se, portanto, que investir em infraestrutura, qualificação docente e propostas pedagógicas integradas às culturas juvenis e digitais é condição fundamental para que as escolas públicas cumpram seu papel como espaços de desenvolvimento integral. A construção de uma identidade digital ética e consciente entre crianças da Educação Básica requer não apenas acesso às tecnologias, mas também experiências educativas que promovam autoria, pertencimento e responsabilidade. Como perspectiva futura, recomenda-se que novas investigações empíricas aprofundem o conceito de individuação digital em diferentes contextos escolares, ampliando as possibilidades de compreensão e intervenção pedagógica no campo da formação identitária em tempos de hiperconectividade.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. **Inclusão digital do professor: formação e prática pedagógica**. São Paulo: Articulação, 2004.

ALMEIDA, M. E. B. Formação de professores na cultura digital: repensando objetivos, conteúdos e métodos. *In*: ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. (org.). **Formação de professores na cultura digital**. São Paulo: Avercamp, 2012, p. 13-28.

ALMEIDA, M. E. B.; PRADO, M. E. B. Um retrato da informática em educação no Brasil. **Proinfo.gov.br**. São Paulo: PUC, 1999. Disponível em: <https://www.proinfo.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 2026.

BARBOSA, R. G.; SOUZA, S. C. S.; MOZZER, N. B. A formação docente diante das tecnologias digitais na educação infantil. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 12. 2014, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC, p. 2886-2897, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1978.

JUNG, C. G. **O desenvolvimento da personalidade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Obras completas, v. 17).

LARROSA, J. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos**: novas perspectivas sobre a educação. Campinas: Papirus, 2015.

PIAGET, J. A teoria de Piaget. *In*: MUSSEN, P. H. (org.). **Psicologia da criança**: desenvolvimento cognitivo. São Paulo: E.P.U., 1975, p. 71-117.

PIAGET, J. **Desenvolvimento e aprendizagem**. Porto Alegre: UFRGS/FACED/DEBAS, 1995.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. **On the Horizon**, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

SETZER, V. W. **A criança e o computador**: impactos biopsicológicos do uso precoce das tecnologias digitais. Campinas: Papirus, 2008.

Sobre a autora e o autore

Emilene de Oliveira Pereira Martins: Mestranda em Ensino no Instituto Federal Goiano - Mestrado em Ensino na Educação Básica, Câmpus Urutaí. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Câmpus Anápolis (2022). Especialização em Neuropsicopedagogia pela Faculdade FOCUS (2023); Pós-graduada em Educação Infantil pela Faculdade FAVENI. Ex-Residente de Pedagogia - Subprojeto de Alfabetização (CAPES) (2021-2022) e ex-Bolsista do Programa de Iniciação à Docência - PIBID/CAPES - Subprojeto de Literatura Infantil (2019-2020). Professora concursada pelo município de Pires do Rio - GO.

E-mail: emilene.pedagoga@gmail.com

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães: Doutor em Educação pela PUC Goiás - linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura; com estágio Pós-Doutoral em Educação pela UNIFAL-MG. Mestre em Educação pela PUC Goiás. Pós-Graduado em Docência Superior pela FGF. Pós-Graduado em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela UGF. Graduado em Administração pela PUC Goiás. Licenciatura em Pedagogia pela UNIFACVEST. Licenciatura em Sociologia pela UNIDERP. Atualmente é professor visitante no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Ensino para a Educação Básica (PPG-EnEB) no Instituto Federal Goiano, campus Urutaí/GO. Atua na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como Diretor da Escola do Futuro do Estado de Goiás, unidade Luiz Rassi, em Aparecida de Goiânia/GO. No âmbito da Educação Superior atualmente é Diretor Acadêmico, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Faculdade de Piracanjuba (FAP). Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação, Iniciação/Pesquisa Científica, Extensão e Relações Comunitárias da Faculdade de Piracanjuba (NPGPERC/FAP).

E-mail: vs.seabra@gmail.com

Recebido em: 22 de outubro de 2025

Aprovado em: 12 de janeiro de 2026